



### **O INTERPRETANTE**

Como aquilo que possibilita e, ao mesmo tempo,  
condiciona o processo interpretativo

### **INTERPRETANT**

As that which makes possible and, at the same time,  
Conditions the interpretative process

José Fernandes da Silva  
UCG – Universidade Católica de Goiás

**Resumo:** O conceito de *interpretante* refere-se ao terceiro elemento da tríade peirceana do conceito de signo. Os outros dois elementos são o *representamem* e o *objeto*. Um signo é, de acordo com Peirce, qualquer coisa que representa alguma outra coisa para alguém. Mas uma coisa só é capaz de representar outra para alguém, se, ao ser percebida esse alguém, uma terceira coisa aparecer em sua mente, como um efeito produzido por essa primeira coisa. É desta terceira coisa que se falará neste trabalho, sem ignorar as outras duas.

**Palavras-chave:** signo; interpretante; representamem; objeto; interpretação

**Abstract:** The *interpretant* concept refers to the third element of the peircean triad of the sign concept. The other two elements are the *representamem* and the *object*. A sign is, according to Peirce, any thing that represents some other thing for anyone. But a thing only is capable to represent some other thing for anyone if, when it is perceived by this anyone, a third thing appears in his mind, as an effect produced by it. It is of this third thing that will be spoken in this work, without ignoring the other ones two.

**Keywords:** sign; interpretant; representamem; object; interpretation

Peirce, na mais conhecida de suas afirmações acerca do conceito de *interpretante*, caracteriza-o como *aquilo* que o próprio signo, ao ser percebido por alguém, *cria* na mente deste alguém. Só que, neste caso, surge uma dúvida: como pode uma determinada coisa, ao ser percebida por alguém, criar ela mesma, na mente deste alguém, aquilo a partir do qual ela é por ele interpretada? Em algumas passagens, as afirmações são relativamente diversas, e o conceito de interpretante aparece ora como “a cognição de certo espírito”, ora como “os sentidos ou memória da pessoa para quem ele atua como um signo”, e ora como “mera

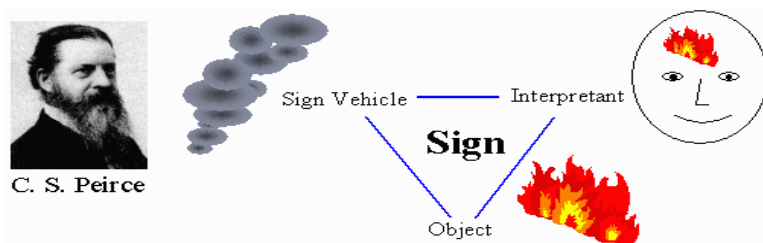
qualidade de sentimento” (Peirce, 1993, p. 42 e 100), e assim por diante. E, neste caso, a dúvida tende a desaparecer.

Santaella (2000, 2004) extrai das várias definições peirceanas do conceito de interpretante justamente aquela que, além de ser a menos ambígua, é a mais coerente, sobretudo em termos de aplicabilidade, como ela bem o demonstra em diferentes passagens de sua obra **Semiótica Aplicada** (2004). Referimo-nos àquela que o define como *efeito interpretativo* produzido pelo signo na mente do intérprete. Mas, efeito interpretativo em que sentido? Só pode ser no de fazer aparecer, na referida mente, aquilo a partir do (ou em referência ao) qual a interpretação se realiza. Quer dizer, no de *suscitar* tal aparecimento. E, com isso, somos levados a identificar o conceito de *interpretante* não propriamente com tal *efeito*, mas com aquilo que ele produz: o *aparecimento* de algo na mente do intérprete, como ponto de partida do processo interpretativo.

MARTY (2003), depois de pesquisa, realiza a partir das várias passagens em que aparece o mencionado conceito, diz-nos o seguinte, redefinindo-o, à sua maneira: “*El interpretante es a la vez una norma social o un hábito colectivo ya instalado y la determinación aquí y ahora de una mente que interiorice esta norma*”.

Pois bem, sendo “uma norma social ou um hábito coletivo já instalado”, então – pelo menos neste caso – o seu modo de existência não é propriamente o de algo que o próprio signo, ao ser percebido por alguém, cria na mente deste alguém, mas de algo que, achando-se já de antemão registrado na mente deste alguém, como resultado de experiências vindas do passado, no instante em que o signo é por ele percebido, atualiza-se (em virtude do efeito por ele produzido) e, atualizando-se, faz com que ele (o intérprete) o possa interpretar.

A figura abaixo (SHAROV, 2003), ilustra muito bem o conceito de signo, mas deixa meio obscuro o conceito de interpretante:



Em conformidade com as nossas próprias interpretações, o que de fato funciona aí como interpretante do objeto fumaça não é apenas a idéia do objeto fogo, mas a idéia da correlação entre o objeto fumaça e o objeto fogo, enquanto resultado de experiências ocorridas anteriormente e, por conseguinte, já registradas na mente do sujeito perceptor. De modo que, se tal sujeito, no momento em que percebe o objeto fumaça, não é capaz de relacionar em sua própria mente a idéia do objeto fumaça com a idéia do objeto fogo, no sentido de que o primeiro elemento faz prever o segundo elemento, o objeto fumaça não é, evidentemente, interpretado como signo do objeto fogo.

Segundo Orejuela (2000, p.1), *parece razonable afirmar que la interpretación semiótica comienza cuando el observador convierte los perceptos resultantes del acto perceptivo en significantes de determinados significados.*

E, para confirmar isto, cita uma passagem de um texto de Umberto Eco:

Cuando se dice que el humo es signo del fuego, ese humo que se divisa no es todavía un signo; (...) el humo se convierte en signo del fuego no en el momento en que se percibe, sino en el momento en que se decide que está en lugar de otra cosa. Para pasar a este

momento se debe salir de la inmediatez de la percepción y traducir nuestra experiencia en términos proposicionales, haciendo que se convierta en el antecedente de una inferencia semiótica: (I) hay humo, (II) si hay humo, (III) entonces hay fuego. El paso de (II) a (III) es materia de inferencia expresada proposicionalmente, mientras que (I) es materia de percepción (Ojejuela, 200, p. 1).

Quer dizer, ocorrendo a percepção de uma determinada coisa, como uma fumaça levantando-se ao longe, para que esta coisa seja interpretada como a representação de uma outra coisa, e que neste caso seria um fogo concreto alastrando-se em determinado lugar naquele momento, o observador tem que ser capaz de formular aquele raciocínio lógico: se há ali uma fumaça, há também um fogo a se alastrar. Mas, para que isso aconteça, um outro fator tem que, evidentemente, ser levado em conta: as experiências, a partir das quais possibilita tal raciocínio. Uma criança, por exemplo, que ainda não assimilou um tal tipo de experiência, possivelmente não faria a mesma interpretação. Assim também ocorreria com um animal que vive na floresta; porém não na floresta onde, constantemente, ocorre o fenômeno das queimadas; porque, neste caso, entre outras lições, ele poderia ter aprendido a da relação acima, em que a presença de fumaça significa, necessariamente, a presença de fogo.

Neste caso, o conceito de interpretante está diretamente relacionado com o que OREJUELA (2003) chama de competência interpretativa. Entretanto, já que uma coisa, para ser interpretada, tem que ser, primeiramente, identificada; e já que, para ser identificada, tem que ser, primeiramente, percebida, a competência interpretativa pressupõe, em primeiro lugar (como ponto de partida), uma competência perceptiva e, em segundo lugar (como ponto de intermediação), uma competência identificatória. No entanto, a competência perceptiva pressupõe, por sua vez, uma certa capacidade, que é a que tem todo ser vivente de captar e reagir a estímulos do meio exterior. Um aspecto que, como mostra Damasceno (2003) no fragmento abaixo, pode ser observado a partir inclusive dos seres unicelulares:

A capacidade de captar e reagir a estímulos do meio externo é uma propriedade essencial dos organismos vivos, de alto valor adaptativo, capaz de assegurar a sobrevivência. Sua forma mais primitiva e elementar é a irritabilidade, sensibilidade e tropismo, observados já em seres unicelulares, capazes de reagir a estímulos físico-químicos diretamente oriundos do objeto ou fenômeno externo que satisfaz alguma necessidade ou ameaça a vida desses seres. Os chamados reflexos incondicionados ou inatos dos seres pluricelulares são de mesma natureza. A partir daqui é que se desenvolvem formas mais complexas (psíquicas) de captação do (e reação ao) mundo externo, com a detecção de estímulos (“sinais”) que não aqueles direta ou imediatamente ligados ao objeto ou fenômeno vitalmente importante. O surgimento, primeiro, de receptores para substâncias químicas e, depois, dos sentidos da visão e audição constitui marco decisivo nesse processo. O fenômeno psíquico surge com os reflexos condicionados, quando o ser passa a reagir a algum estímulo que, em si mesmo, não se origina do (nem tem nada a ver com o) objeto ou fenômeno externo vitalmente importante, mas que costuma vir antes deste e, portanto, anuncia ou sinaliza sua ocorrência imediata, por exemplo, quando o cão saliva ao ouvir o barulho de seu dono abrindo a porta (estímulo condicionado ou “sinal”), antes mesmo de o alimento atingir diretamente sua boca (estímulo incondicionado, ou inato). (DAMASCENO, 2003, p. 2).

Se o estímulo incondicionado (ou inato) é um signo, não sabemos ao certo (deixemos isto para os biossemiotistas); mas, de que o estímulo condicionado é um signo, não temos dúvida. E o próprio Damasceno, ao chamá-lo de ‘sinal’, o confirma. Pois, se é um sinal, é um signo. Um signo é, na concepção de Peirce, uma coisa percebida não como tal,

mas como representação de uma outra coisa. Mas, para que uma coisa (como o som de uma campainha) seja interpretada como signo de uma outra coisa (um alimento, por exemplo), como se vê nos experimentos realizados por Pavlov com a conduta de um cão, uma terceira coisa tem que, de antemão, estar registrada em sua mente. Esta terceira coisa, que corresponde ao que chamamos de interpretante, é justamente aquilo que, repetindo várias vezes o mesmo experimento, Pavlov tentou (e de fato conseguiu) introduzir na mente do referido animal. E, como o principal objetivo era verificar o que é que, em tais circunstâncias, de fato se fixava na mente do cão, Pavlov foi levado a realizar a mesma experiência servindo-se de vários outros tipos de instrumento, inclusive o choque elétrico. E o resultado foi o mesmo: assim que o cão era estimulado (não importa através do quê), ele começava a salivar. E, a partir deste resultado, chegou-se a uma conclusão: para o cão (pelo menos nestas circunstâncias) não havia nenhuma diferença entre este ou aquele tipo particular de estímulo. Mas, se houvesse possibilidade de ele fazer uma escolha (e se ele tivesse de fato capacidade para isso), será que não iria optar pelo som da campainha em vez de o choque elétrico? É claro que iria; pois, é evidente que, mesmo para um cão, a união do útil com o agradável é melhor que com o desagradável.

Em presença, por exemplo, de um cachorro que está olhando para nós, podemos arreganhar os dentes, fazendo careta ou sorrindo para ele, e ele não alterará em nada o seu comportamento em relação a nós. Mas basta colocarmos algo em nossa boca e começarmos a mastigar (ou fingir que estamos mastigando), para ver o que acontece. Entretanto, se quem arreganha os dentes para ele é não um de nós (que ele sabe que não morde), mas um outro cachorro, a sua reação é imediata, seja no sentido de se afastar ou de contra-atacar. E estou dizendo isso não por acaso, mas com base em experimentos por mim mesmo realizados, tendo como objeto de minhas observações a conduta de um cachorro que tínhamos em casa.

Inicialmente, não havia muita diferença em sua conduta em relação às outras pessoas da família e em relação a mim. No entanto, desde que ele recebeu de mim umas chineladas, em retribuição a algumas de suas malandragens, sua conduta em relação a mim se modificou sensivelmente, deixando entendido que, apesar de tudo, ele não era um cachorro de mau caráter. Tempos depois, quando eu chegava da rua, ele vinha me cumprimentar, como fazia com os outros membros da família, mas não me transformava numa escada.

Por outro lado, como era eu quem procurava às vezes tornar a sua comida um pouco mais agradável, misturando algum caldo de carne que sobrou no fundo de uma panela, enquanto os outros lhe davam geralmente o puro feijão com arroz, sei que isso influenciou ainda mais em seu comportamento em relação a mim, assim como na visão que ele tinha de minha pessoa, e em sentido inclusive contraditório, de quem vê no inimigo (pelo menos de vez em quando) a presença não propriamente do inimigo, mas do amigo.

Às vezes, quando ele estava latindo, eu tentava (a meu modo) imitar o que ele fazia. E, por isso, ele deveria pensar: “Este é o único que, nesta casa, faz como eu faço”. E daí a conclusão: no interpretante a partir do qual ele interpretava o meu comportamento em relação a si mesmo, deveria entrar, necessariamente, algo a mais, além daquilo que entrava no interpretante, a partir do qual ele interpretava a conduta das outras pessoas da casa em relação a ele. E, neste algo a mais, deveria entrar, necessariamente, não só aquele tipo de comida que, às vezes, eu coloco para ele, mas também aquelas chineladas.

De modo que, se a partir das reações de um cachorro em relação a algo situado exteriormente, é possível deduzir o que se passa em sua própria mente em tal momento, o resultado (em termos semióticos) será então a descoberta do próprio tipo de interpretante a partir do qual ele interpreta aquilo que se encontra exteriormente e em relação ao qual ele reage no momento.

Mas é no exemplo seguinte – fornecido por um dos mais conceituados semioticistas da atualidade, John Deely (1999) – que o conceito de interpretante tornar-se-á de fato esclarecido. Trata-se de um osso fóssil, encontrado por um jardineiro no próprio jardim. No exato momento em que o jardineiro, identificando-o como um mero bloco de pedra (em virtude do estado de fossilização em que ele se encontrava), encaminhava-se com ele rumo ao monte de lixo, chega um estudante de paleontologia e, percebendo aquilo em sua mão, diz: deixe-me ver. E, observando-o mais atentamente, conclui: isto não é um simples bloco de pedra; é um objeto raro, o osso de um dinossauro. E dirige-se com ele para a universidade, para exames de laboratório.

Como na mente do jardineiro estavam registradas e em maior disponibilidade experiências relacionadas antes com a esfera da jardinagem que com a da paleontologia, daí o sentido da interpretação por ele realizada, bem como da conduta por ele assumida naquele momento; e como na mente do paleontólogo estavam registradas e em maior disponibilidade experiências relacionadas antes com a esfera da paleontologia que com a da jardinagem, daí o sentido, essencialmente diverso, da interpretação que ele realiza, bem como da conduta que ele assume naquele instante.

Com o exemplo acima, John Deely quis mostrar que, frente a um objeto como o acima indicado (um osso fóssil), uma determinada interpretação pode diferir radicalmente de outra. Segundo ele, num caso como o mencionado, para que uma interpretação como a do paleontólogo possa ser realizada,

é necessário um interpretante mais desenvolvido, mais exatamente, correspondente àquilo com que o osso se relaciona em seu passado vivo. Mesmo assim, um osso fóssil é apenas aquilo que é. O interpretante necessário ao seu reconhecimento não existia na Idade Média, vamos dizer, mas é agora propriedade comum dos especialistas no período Pleistoceno (DEELY, 1990, p.67).

E, para caracterizar o que seja de fato tal interpretante, ele faz uma pergunta e, em seguida, dá-lhe uma resposta:

O que é esse interpretante? Certamente não uma idéia considerada em termos psicológicos. É, ao contrário, uma idéia no sentido semiótico, modelada publicamente através do treinamento dos paleontólogos de tal modo que aqueles que a adquiriram possuem em suas mentes um fundamento do qual resultará, em condições apropriadas, uma rede de relações que inclui aquele osso. Mas, primeiro, pelo menos um deles terá de ver o osso em questão (DEELY, 1990, p. 68).

E, penetrando ainda mais na essência do fenômeno, formula Deely uma outra pergunta e, em seguida, a responde:

O que aconteceu aqui? Uma relação física, reconhecida como tal, graças à interação dinâmica de seu fundamento (o osso), produzindo mudanças físicas no nervo ótico do estudante de paleontologia, tornou-se, no mesmo momento, um signo do que tinha sido. Uma relação transcendental, o osso de um dinossauro, que teve uma vez uma relação física com aquele dinossauro (mas não mais a tem, estando o dinossauro morto), fez surgir uma relação objetiva algo correspondente ao que tinha sido a relação física. A pedra do jardineiro tornou-se o signo do paleontólogo (DEELY, 1990, p. 68).

Fica evidente que, para que o interpretante de um signo venha a existir, o fator de primeira importância é a existência de experiências já adquiridas e, por conseguinte, armazenadas na mente do intérprete.

Na época em que iniciei os meus estudos universitários (ainda no curso de História, e não no de Letras), um de meus colegas – o Altair Sales Barbosa – costumava sair pelos campos e, depois, voltar trazendo montes de pedras para dentro da escola. Para nós, que nada entendíamos, tal atitude era simplesmente absurda e, ainda mais absurda, parecia ser a dos professores que permitiam isso. Tempos depois, ficamos sabendo do que realmente se tratava: o que ele estava trazendo para dentro da universidade não eram propriamente pedras: eram *signos* de um mundo já desaparecido. De forma que, se no interpretante a partir do qual nós interpretávamos aqueles objetos já se encontrassem os mesmos tipos de experiências que se encontravam no interpretante a partir do qual ele próprio os interpretava, não haveria entre os dois tipos de interpretação maiores discrepâncias.

Uma coisa não pode ser um signo de si mesma, mas pode muito bem ser um signo da categoria à qual ela pertence. Uma coisa, para ser um signo da categoria à qual ela pertence, tem que apresentar, a partir de seus próprios caracteres e da forma em que estes caracteres se acham aí correlacionados, uma certa correspondência com os caracteres e as formas de outras coisas já conhecidas e, por conseguinte, já identificadas como tais, isto é, como pertencentes a tal categoria. Vejo uma determinada coisa e, em seus próprios caracteres, assim como na forma em que eles se acham aí correlacionados, uma certa correspondência com outros objetos já vistos anteriormente e, ao mesmo tempo, já identificados. Então, digo: isto é uma cadeira. Que caracteres são estes? São, antes de tudo, os correspondentes ao que chamamos de assento, pernas e encosto. E que forma é esta? Antes de tudo, a correspondente àquilo que seria a configuração de uma pessoa que, estando sentada numa cadeira, a cadeira fosse retirada de debaixo de si, sem que a sua posição se modificasse; ou se tornasse, simplesmente, um objeto invisível.

Mas a interpretação que se faz de uma coisa desta natureza não decorre apenas dos caracteres e da forma em que ela se acha configurada; decorre também da função que, no contexto em que ela teve a sua origem, ou em que ela existe, ela costuma desempenhar. Neste caso, se for feita a pergunta: o que é uma cadeira? A resposta será: é um objeto para sentar-se. Quer dizer, um objeto destinado a satisfazer um determinado tipo de necessidade, impossível de ser satisfeito por um outro objeto qualquer: a necessidade que, em determinado momento, tem o indivíduo humano de um descanso para as pernas. E, neste caso, se a própria cadeira, enquanto coisa global, desempenha uma função de caráter bastante específico, o mesmo ocorre com cada uma de suas partes. E, aí, ser for feita a pergunta: para que serve cada uma delas? A resposta será: as pernas servem para substituir as pernas do próprio indivíduo, deixando-as em liberdade; o assento serve para substituir, através de uma forma mecânica, a conexão natural que existia antes entre as pernas naturais e corpo também natural; o encosto, por sua vez, serve – embora isto pareça um absurdo – para substituir o cérebro do próprio indivíduo que nesta cadeira irá sentar-se. Mas em que sentido? No sentido de que: se, estando de pé, para permanecer nesta posição e não cair para um dos lados, ele terá que estar o tempo todo pensando nisso. Deste modo, cansando-se não apenas fisicamente, mas também mentalmente, estando sentado e, além disso, com o tronco apoiado no encosto, não mais terá que pensar nisso e, em vista disso, poderá deixar o cérebro em descanso e, portanto, livre para outros tipos de atividade, como o da leitura de um livro ou da meditação sobre alguma coisa. Conclui-se, assim, que a atividade de um professor, quando está lecionando, é mais cansativa que a de um aluno, quando está assistindo à aula.

Num dos diálogos que aparecem em **A República** de Platão, Sócrates, tendo em vista depreciar a arte e, através dela, os próprios artistas, que num Estado realmente perfeito nem deveriam existir (como na República dos Talibans), desenvolve um processo argumentativo no qual o objeto de discussão refere-se a três espécies particulares de cama: a da cama enquanto idéia, produzida (segundo ele) por Deus; a da cama enquanto objeto, produzida pelo artesão; e a da cama enquanto imagem, produzida pelo pintor. No fim de tal processo, ele chega à seguinte conclusão: se a primeira (a produzida por Deus) corresponde ao que é de fato verdadeiro, a segunda corresponde ao que é apenas uma imitação do que é verdadeiro, e a terceira, a uma imitação do que é uma imitação do que é verdadeiro e, por conseguinte, a algo situado a um terceiro grau de distanciamento em relação à verdade realmente verdadeira.

No entanto, para quem, chegando em casa “quase morto de cansaço”, deseja livrar-se do incômodo que está sentindo, o que é que vale mais: a cama enquanto objeto ou a cama enquanto idéia, ainda que concebida não por um simples mortal, mas por Deus? Numa cama enquanto objeto, o indivíduo que está cansado pode, evidentemente, estirar-se de corpo inteiro e, deste modo, satisfazer de fato a sua necessidade do momento. E numa cama enquanto idéia, ele pode fazer isso? É provável que nem mesmo um louco, que vive no mundo da imaginação, o consiga. Mas, se a necessidade é, em vez desta, a que têm certos indivíduos, estando reunidos para tratarem de determinado assunto, de se referirem constantemente a isso que se chama de cama, é evidente que a cama enquanto idéia vale muito mais que a cama enquanto objeto; pois, se em cada instante em que tivessem que ilustrar o que estavam dizendo, em vez de lançar mão da idéia abstrata de cama, tivessem que agarrar esta ou aquela cama concreta e mostrá-la uns para os outros, não seria isso a própria loucura de fato em ação? No entanto, se a necessidade que tem este ou aquele indivíduo é, por exemplo, não a de um descanso para o corpo, nem tampouco a de argumentar sobre coisas abstratas, mas a de contemplar, nas cores e nas formas de determinados objetos, a presença e a manifestação daquilo que, no contexto de nossas vivências enquanto seres humanos, chamamos comumente de belo, o que é que tem mais valor, senão a cama que, tendo sido produzida não por um marceneiro, mas por um pintor, se percebe enquanto configuração estampada num quadro que se acha pendurado numa parede enfeitando o ambiente?

Em suas argumentações, Sócrates leva-nos ainda (juntamente com seus interlocutores) a entender que, se a cama enquanto objeto é uma imitação da cama enquanto idéia, e a cama enquanto imagem, uma imitação da cama enquanto objeto, é então a cama enquanto idéia que, na escala da existência, vem primeiro, vindo depois as outras duas, em termos sucessivos. Mas, será que isso corresponde de fato à verdade? Será que foi a cama enquanto idéia que, surgindo primeiro, deu origem à cama enquanto objeto e, logo em seguida, à cama enquanto imagem? O que é uma cama? Uma cama é, antes de tudo, um objeto destinado a satisfazer um dado tipo de necessidade: a necessidade que tem o indivíduo humano (e também o animal) de, estando cansado (ou com sono), estirar o corpo inteiro sobre uma superfície plana em horizontal e deixá-lo em repouso por determinado tempo. E aí vem outra pergunta: será que, antes do surgimento da cama propriamente dita, tal necessidade não era satisfeita? É claro que era. Mas de que modo? Evidentemente, realizando tal estiramento sobre o próprio chão. E, dado que ao nível do chão tudo é mais perigoso e desconfortável, não é difícil imaginar o que é que os indivíduos humanos (ou em vias de se humanizarem) fizeram para que tal situação fosse pouco a pouco sendo modificada, no sentido da passagem do mais perigoso e menos confortável para o menos perigoso e mais confortável. E já que, com a repetição em diferentes circunstâncias e situações das mesmas tentativas de melhorias, ligadas todas elas ao mesmo objetivo, algo foi sendo paulatinamente fixado na memória. A partir

desta fixação é que deve ter surgido, necessariamente, a idéia de cama. E, com base neste raciocínio, podemos concluir: o que veio primeiro nem foi a própria cama; foi um determinado tipo de necessidade, que é a de um repouso não apenas para as pernas, como no caso da cadeira, mas para todo o corpo. A partir desta necessidade é que surgiu, de imediato, não a cama propriamente dita, mas a cama enquanto chão; e, com o tempo, como resultado de experiências realizadas através de várias tentativas, em circunstâncias e situações as mais diversas, a cama no sentido real e verdadeiro do termo, fabricada pelo artesão ou marceneiro.

Em relação ao texto narrativo literário, o conceito de interpretante diz respeito ao que se passa na *mente*:

- em primeiro lugar, do próprio *escritor*, enquanto produtor da obra e intérprete do que acontece no contexto de uma realidade situada exteriormente, de existência real e concreta;
- em segundo lugar, do *narrador* propriamente dito, enquanto intérprete do que ocorre no contexto de uma realidade situada interiormente, de existência fictícia ou imaginária, funcionando como modelo interpretativo e representativo do que acontece no contexto daquela outra realidade;
- em terceiro lugar, deste ou daquele *personagem*, enquanto participante da estória contada pelo narrador e, conseqüentemente, intérprete do que aparece no contexto da mesma realidade;
- em quarto lugar, do *leitor*, enquanto intérprete não apenas do que acontece no interior da obra, enquanto universo fictício ou imaginário, mas também da própria obra, como objeto esteticamente concebido e, ao mesmo tempo, como instrumento utilizado pelo escritor para interpretar e representar o que foi por ele percebido no contexto daquela outra realidade, na qual ele mesmo, juntamente com o leitor, se acha inserido.

Para completar o raciocínio até aqui desenvolvido e, ao mesmo tempo, ilustrar o uso do conceito de interpretante (juntamente com o de representamem e o de objeto) como ferramenta de análise, vamos tomar a seguir um fragmento de uma das narrativas de José J. Veiga, *Acidente em Sumaúma*, da coleção *A Estranha Máquina Extraviada* (1981, p. 9-18).

Um mascate viaja para o interior em busca de compradores para suas bugigangas e, chegando a uma fazenda, depara-se com uma cena das mais estranhas: um animal amarrado num poste e sendo torturado, de forma brutal, por um grupo de homens, acompanhados de alguns cachorros. À primeira vista, trata-se de um cachorro, mas o animal – diz o narrador, interpretando o que está sendo visto pelo mascate – “não latia nem rosnava”, apenas “soltava uivos compridos entremeados de bufos secos” (destaque nosso).

Na construção sígnica que aí aparece, temos:

- como *representamem*, a forma na qual aquele animal (na categoria de um signo) se apresenta, naquele instante, para a visão não dos outros indivíduos presentes, que o vêem certamente de um outro modo, mas do mascate;
- como *objeto*, o sentido que, na visão do mascate, isto assume no momento;
- como *interpretante*, certa correspondência entre aquilo que ele percebe no momento e o que, no decorrer de outras experiências, foi levado a perceber, enquanto elemento em referência ao qual ele identifica e interpreta, naquele instante, aquilo que está sendo por ele percebido.

Se, em conformidade com as experiências do próprio mascate, um cachorro é um animal que, além de outras coisas, late e rosna, e aquele que ele está vendo não late nem rosna, apenas solta uivos compridos e bufos secos, entre aquilo que ele vê (representamem) e aquilo que, no momento, vem à sua mente (interpretante), não há, por conseguinte, plena



correspondência, e o resultado (objeto) torna-se, em vista disso, ambíguo. De modo que, em vez de um reconhecimento, o que se tem é um estranhamento, onde o referido animal surge, em parte como um cachorro e, em parte, como um não-cachorro.

Mas essa ambigüidade permanece na mente do mascate apenas por um instante. Um indivíduo que estava ao lado explica o problema: o animal não era um cachorro, era um lobo. E, então, se era um lobo (e não um outro animal qualquer), o mascate não estava completamente enganado: um lobo é realmente, de certa forma, um cachorro, ao mesmo tempo em que um não-cachorro. E talvez seja por isso que, em vez de latir e rosnar, ele apenas bufava e soltava uivos compridos.

Quer dizer: como na mente do mascate se encontrava registrada ou em maior disponibilidade a correspondente apenas do cachorro, e não a do lobo (interpretante), daí a sua confusão, ao tentar identificar um animal que, apenas em parte, é de fato um cachorro; e como na mente do outro indivíduo se encontrava registrada ou em maior disponibilidade a correspondente não só do cachorro, mas também do lobo (interpretante), para ele não há nenhuma confusão.

Um outro aspecto que, nesta mesma cena, chama a atenção, refere-se, por um lado, ao modo brutal, minucioso e metódico com que se põe em prática aquele processo de tortura; e, por outro lado, às técnicas aí empregadas:

Amarrado com corda curta ele só podia defender-se rodando em volta da estaca – defesa ilusória porque as pancadas e ferroadas vinham de todos os lados. Quando ele parava os cachorros aproveitavam para mordê-lo na entrepernas, onde a carne é solta e mole, os dentes perversos trincando, sacudindo e puxando; o lobo desistia do descanso e voltava a girar (VEIGA, 1981, p. 10).

Esta barbaridade continua por mais alguns parágrafos, em um processo contínuo e cada vez mais requintado, até à morte do pobre e inocente animal. E a ênfase dada a este aspecto é significativa. Mas, como explicá-la? Extraíndo aquele acontecimento do contexto em que ele é mostrado e interpretando-o desde um outro contexto, agora segundo uma outra perspectiva de visão, que é a de nossa própria visão, enquanto leitores da obra e intérpretes da realidade nela representada. Referimo-nos, em especial, ao contexto das ditaduras civis-militares de épocas como a de Getúlio Vargas e de Castelo Branco, quando este ou aquele indivíduo, caracterizado como um subversivo, de um momento para outro, era preso e levado para um recanto qualquer de um quartel ou mesmo de uma propriedade rural e submetido às mais bárbaras torturas, às vezes até à morte, como no caso do lobo.

E a correlação é perfeita. Por aquilo que representam, um subversivo é realmente, de certa forma, um lobo; um lobo é realmente, de certa forma, um subversivo. Um lobo, até mesmo por oposição ao cachorro, o não-lobo, é parecido com o subversivo. Pois, se por oposição ao cachorro, o lobo é um animal que, não aceitando as regras impostas por aqueles em cujos quintais se encontram as galinhas, subverte-as o mais que pode, tentando tornar comum aquilo que é privado, assim também é o subversivo, em oposição aos outros indivíduos, os não-subversivos.

E se o leitor quer ter uma idéia ainda mais exata desta correspondência, é só ler o texto anterior (e mais a sua continuação) fazendo as devidas adaptações. Quer dizer, substituindo o animal que aí aparece pelo subversivo; os homens que põem em prática o processo de tortura, pelos militares daquela época; os cachorros que os auxiliam, pelos bate-paus (ou soldados rasos) que, naquele tempo, faziam o trabalho de frente, enquanto os mais graduados dirigiam a execução; e o contexto (ou situação) em que a cena se desenrola por um dos contextos (ou situações) em que, naquele período, ocorriam acontecimentos idênticos.

O que temos aí é, pois, um modelo interpretativo e representativo da realidade construído com base nos princípios não apenas do realístico (como se vê nas obras realistas e regionalistas em geral), mas também do estranho e do alegórico, enquanto trampolim para o fantástico. Vale dizer: um modelo interpretativo e representativo no qual se interpreta e representa o que se passa no contexto de uma realidade situada exteriormente (como a das ditaduras civis-militares, por exemplo) mostrando-o a partir não desta mesma realidade, mas de uma outra, essencialmente diversa, no tocante a determinados aspectos, e essencialmente idêntica, no tocante a outros aspectos. Um procedimento que, em *A Hora dos Ruminantes*, assim como noutras narrativas do mesmo autor, fica também bastante evidente. E o processo de adaptação antes sugerido é também aí perfeitamente cabível. Pois, o que significa de fato aquela torrente, primeiro de cachorros e depois de bois, que, de um momento para outro, inunda – em *A Hora dos Ruminantes* – a pacata cidadezinha de Sumaúma, rompendo com os hábitos da população e desarticulando todo o sistema de relacionamento humano aí reinante, senão as invasões civis-militares que se davam em épocas como as de Napoleão, de Hitler, de Mussolini e mesmo, atualmente, de Bush e seus antecessores, em várias regiões de nosso planeta, como as que ocorreram no Afeganistão e no Iraque? Há, em nossos dias, os mais ilustrativos exemplos.

Quando José J. Veiga, em resposta a determinados críticos, dizia que não se considerava propriamente um autor de narrativas fantásticas, ele não estava, por conseguinte, apenas tentando despistá-los, como se poderia entender. Pois, na verdade, elas só são realmente fantásticas até a um determinado momento, enquanto não se descobre do que é que elas realmente falam.

Com a elaboração deste ensaio, esperamos ter expressado o nosso ponto de vista sobre o conceito de interpretante, enquanto componente fundamental do signo na perspectiva de Charles Sanders Peirce, e também oferecido uma certa contribuição acerca de como se pode utilizar conceitos como este, segundo a teoria semiótica dos signos, numa prática analítico-interpretativa.

### Referências bibliográficas

- DAMASCENO, Benito Pereira. **Desenvolvimento das Funções Corticais Superiores**. São Paulo: Unicamp, 2003. Mimeografado.
- DEELY, John. **Semiótica básica**. Tradução de Julio C. M. Pinto. São Paulo: Ática, 1990.
- MARTY, Robert, fev., 2003. <http://www.univ-perp.fr/see/rch/lts/MARTY/preg39.htm>.  
Dernière mise à jour le 23/02/99, Par Robert MARTY.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. Cultrix, São Paulo, 1993.
- SANTAELLA, Lúcia. **A Teoria Geral dos Signos**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Thomson, 2004.
- SERRANO OREJUELA, Eduardo. **Significaciòn y Comunicaciòn**. In *Semiótica Discursiva*, Cali, Colombia, 2000. <http://www.geocities.com/semiotico/compsemio.html>
- SHAROV, Alexei A. Research Scientist, Department of Entomology at Virginia Tech. <http://www.ento.vt.edu/~sharov/biosem/txt/umwelt.html>
- VEIGA, José J. **Acidente em Sumaúma**. In: . *A Estranha Máquina Extraviada*. 4. ed. Rio: Civilização Brasileira, 1981.